

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.sas. às demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2019, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco S.A., com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco. Atualmente possui 3.516 grupos de consórcios em andamento, com 1.538.502 cotas ativas e 1.778.836 bens entregues.

No semestre a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 692 milhões, correspondente a R\$ 192,28 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 7.263 milhões, Ativos Totais de R\$ 8.450 milhões e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 1.009 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos sócios-cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 24 de julho de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	30.6.2019	31.12.2018	PASSIVO	30.6.2019	31.12.2018
CIRCULANTE	8.373.396	7.618.300	CIRCULANTE	1.186.373	1.079.093
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.186.373	1.079.093
DERIVATIVOS (Nota 6)	8.267.657	7.534.502	Sociais e Estatutárias	321.076	314.500
Carteira Própria	8.267.657	7.534.502	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	315.083	228.794
OUTROS CRÉDITOS	105.711	83.734	Diversas (Nota 12b)	550.214	535.799
Rendas a Receber	13	13			
Créditos Específicos (Nota 7a)	47.346	39.100	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	444	444
Diversos (Nota 7b)	58.352	44.621	OUTRAS OBRIGAÇÕES	444	444
OUTROS VALORES E BENS	28	64	Diversas (Nota 12b)	444	444
Despesas Antecipadas	28	64			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	50.930	15.591	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13)	7.262.937	6.577.290
OUTROS CRÉDITOS	50.930	15.591	Capital:		
Diversos (Nota 7b)	50.930	15.591	- De Domiciliados no País	3.600.000	2.995.574
PERMANENTE	25.428	22.936	Reservas de Lucros	3.662.937	3.581.716
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1	1			
Outros Investimentos	1	1			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	1.603	1.048			
Outras Imobilizações de Uso	3.982	3.325			
Depreciações Acumuladas	(2.379)	(2.277)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	23.824	21.887			
Ativos Intangíveis	82.882	74.713			
Amortização Acumulada	(59.058)	(52.826)			
TOTAL	8.449.754	7.656.827	TOTAL	8.449.754	7.656.827

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil

	1º semestre 2019	2º semestre 2018
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	222.735	208.252
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	222.735	208.252
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	222.735	208.252
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	827.127	788.796
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 14)	1.009.088	991.350
Despesas de Pessoal (Nota 15)	(19.642)	(21.199)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(31.015)	(34.539)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(147.644)	(151.172)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	48.362	48.176
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(32.022)	(43.820)
RESULTADO OPERACIONAL	1.049.862	997.048
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	140	108
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.050.002	997.156
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 24a e b)	(357.779)	(206.621)
Provisão para Imposto de Renda	(268.270)	(155.648)
Provisão para Contribuição Social	(96.682)	(60.311)
Ativo Fiscal Diferido	7.173	9.338
LUCRO LÍQUIDO	692.223	790.535
Número de cotas (Nota 13a)	3.600.000.000	2.995.573.884
Lucro por lote de mil cotas em R\$	192,28	263,90

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.050.002	997.156
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	6.832	7.713
Depreciações e Amortizações	6.333	6.215
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	499	1.498
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.056.834	1.004.869
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros		
Derivativos	(733.154)	(1.849.793)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(50.106)	17.860
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	36.246	(125.183)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(300.994)	(161.472)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	8.826	(1.113.719)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	-	1.131.277
Aquisição de Imobilizado de Uso	(658)	(34)
Alienação de Imobilizado de Uso	1	1
Aquisição de Intangível	(8.169)	(5.435)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(8.826)	1.125.809
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos Pagos	-	(12.090)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamento	-	(12.090)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	-	-
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 30 de junho de 2018	2.995.574	241.872	2.913.434	(32)	-	6.150.848
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos						
Disponíveis para Venda	-	-	-	32	-	32
Lucro Líquido	-	-	-	-	790.535	790.535
Destinações: - Reservas	-	39.526	381.009	-	(420.535)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(370.000)	(370.000)
- Reversão Dividendos	-	-	-	-	-	-
1º Semestre/2018	-	-	5.875	-	-	5.875
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.995.574	281.398	3.300.318	-	-	6.577.290
Aumento de Capital	604.426	(140.000)	(464.426)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	692.223	692.223
Destinações: - Reservas	-	34.611	651.036	-	(685.647)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(6.576)	(6.576)
Saldos em 30 de junho de 2019	3.600.000	176.009	3.486.928	-	-	7.262.937

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em Reais mil

	30.6.2019	31.12.2018
ATIVO	17.491.797	17.201.655
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	17.491.797	17.201.655
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 21)	8.002.489	7.753.607
Aplicações Financeiras	1.577.801	1.405.762
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	6.424.688	6.347.845
OUTROS CRÉDITOS	9.489.308	9.448.048
Direitos junto a Consorciados Contemplados	9.455.530	9.408.973
Normais	9.183.142	9.152.871
Em Atraso	62.040	64.616
Em Cobrança Judicial	210.348	191.486
Bens Retomados	33.779	39.075
COMPENSAÇÃO	60.800.629	59.692.131
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	668.972	653.690
Contribuições Devidas ao Grupo	32.124.699	31.570.330
Valor dos Bens a Contemplar	28.006.959	27.468.111
TOTAL	78.292.427	76.893.786
PASSIVO		
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	17.491.797	17.201.655
Obrigações com Consorciados	6.028.354	5.986.923
Valores a Repassar	134.242	131.827
Obrigações por Contemplações a Entregar	6.424.688	6.347.845
Recursos a Devolver a Consorciados	3.472.652	3.359.033
Recursos dos Grupos	1.431.861	1.376.027
COMPENSAÇÃO	60.800.629	59.692.131
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	668.972	653.690
Obrigações do Grupo por Contribuições	32.124.699	31.570.330
Obrigações por Futuras Contemplações	28.006.959	27.468.111
TOTAL	78.292.427	76.893.786

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS - Em Reais mil

	1º semestre 2019	2º semestre 2018
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	7.753.607	7.369.415
Aplicações Financeiras	1.405.762	1.206.955
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	6.347.845	6.162.460
(+) RECURSOS COLETADOS	6.757.506	6.591.467
Contribuições para Aquisição de Bens	5.396.686	5.252.400
Taxa de Administração	862.310	844.871
Contribuições ao Fundo de Reserva	159.831	155.778
Rendimentos de Aplicações Financeiras	95.264	92.788
Multas e Juros Moratórios	22.054	22.139
Prêmios de Seguro	115.640	119.784
Custas Judiciais	113	-
Outros	105.609	103.707
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(6.508.624)	(6.207.274)
Aquisição de Bens	(4.993.195)	(4.760.693)
Taxa de Administração	(889.869)	(870.243)
Multas e Juros Moratórios	(10.452)	(10.385)
Prêmios de Seguro	(116.845)	(121.589)
Custas Judiciais	(113)	-
Devolução a Consorciados Desligados	(272.292)	(231.644)
Outros	(225.857)	(212.720)
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO	8.002.489	7.753.607
Aplicações Financeiras	1.577.801	1.405.762
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	6.424.688	6.347.845

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios" ou "Instituição") é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações contábeis da Bradesco Consórcios foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e, estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e, normas específicas para empresas administradoras de consórcios, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Bradesco Consórcios evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 24 de julho de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA
a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

• **Títulos para negociação** - são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• **Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;

• **Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

f) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia).

g) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

h) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

j) Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administração de Consórcios ou exercidos com essa finalidade.

• Software

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a.a.), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridas.

m) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com praticidade certa, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS
• Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do Bacen.

Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente.

• Outros créditos

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

• Passivo circulante
I. Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II. Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
III. Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

IV. Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V. Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

• Contas de Compensação
I. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

II. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

III. Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Instituição não apresentava saldo em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	R\$ mil	
	2019	2018
Carteira própria		
Cotas de fundos de investimentos.....	8.267.657	7.534.502
Total	8.267.657	7.534.502

b) Classificação por categorias e prazos

	2019						2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil	Valor de custo	Marcação a mercado		
Títulos (1)					(2)	atualizado		(2)				
Títulos para negociação (3)												
Certificado de depósitos												
bancários.....	-	426	-	6.050	6.476	6.476	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	111.274	4.856.996	4.968.270	4.968.270	-	5.912.054	-	-	-	-
Debêntures.....	-	-	-	12.479	12.479	12.479	-	9.085	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional..	2.858.419	-	-	-	2.858.419	2.858.419	-	1.257.026	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional..	110.559	-	-	-	110.559	110.559	-	50.952	-	-	-	-
Letras financeiras.....	65.363	53.372	51.094	50.424	220.253	220.253	-	305.057	-	-	-	-
Outras.....	91.201	-	-	-	91.201	91.201	-	328	-	-	-	-
Total em 2019	3.125.542	53.798	162.368	4.925.949	8.267.657	8.267.657						
Total em 2018	2.407.246	60.932	115.664	4.950.660				7.534.502				

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do semestre a Bradesco Consórcios possuía R\$ 8.267.657 mil (31 de dezembro de 2018 - R\$ 7.534.502 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Rendas de títulos de renda fixa.....	-	6.686
Rendas de aplicações em fundos de investimentos.....	222.735	201.566
Total	222.735	208.252

d) Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Bradesco Consórcios não operou com instrumentos financeiros derivativos.

7) OUTROS CRÉDITOS
a) Específicos

	R\$ mil	
	30.6.2019	31.12.2018
Valores pendentes - cobrança judicial.....	44.747	36.490
Bens retomados após encerramento do grupo.....	2.599	2.610
Total	47.346	39.100

b) Diversos

	R\$ mil	
	30.6.2019	31.12.2018
Impostos e contribuições a compensar.....	33.242	91
Pagamentos a serem ressarcidos pelos grupos (1).....	31.502	25.338
Créditos tributários (Nota 24c).....	26.480	19.307
Devedores por depósitos em garantia.....	17.299	15.143
Outros.....	759	333
Total	109.282	60.212

(1) Referem-se basicamente a custas pagas aos escritórios de cobrança.

8) INVESTIMENTOS

	R\$ mil	
	30.6.2019	31.12.2018
- Certificados de investimentos - CI.....	12	12
- Provisões para incentivos fiscais.....	(11)	(11)
Total geral dos investimentos	1	1

9) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	R\$ mil				
			Custo líquido de depreciação		
	Taxa anual	Custo	Depreciação	30.6.2019	31.12.2018
Imóveis de uso:					
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	1.960	(829)	1.131	738
Sistema de segurança.....	10%	18	(17)	1	1
Sistema de processamento de dados.....	20%	2.004	(1.533)	471	309
Total em 2019		3.982	(2.379)	1.603	
Total em 2018		3.325	(2.277)		1.048

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por *software*.

	R\$ mil				
			Custo líquido de amortização		
	Taxa anual	Custo	Amortização	30.6.2019	31.12.2018
<i>Software</i>	20%	82.882	(59.058)	23.824	21.887
Total em 2019		82.882	(59.058)	23.824	
Total em 2018		74.713	(52.826)		21.887

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Consórcios são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.539	7.350	44
Atualização monetária.....	90	947	1
Constituições líquidas de reversões.....	(296)	(1.241)	-
Pagamentos.....	(10)	(801)	-
Saldo em 30 de junho de 2019 (Nota 12b)	1.323	6.255	45

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetividade, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 30 de junho de 2019, R\$ 31.665 mil (2018 - R\$ 28.389 mil) para os processos cíveis.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias

	R\$ mil	
	30.6.2019	31.12.2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	225.871	161.913
Impostos e contribuições a recolher.....	89.212	66.881
Total	315.083	228.794

b) Diversas

	R\$ mil	
	30.6.2019	31.12.2018
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados.....	469.871	465.806
Recursos pendentes cobrança judicial.....	47.346	39.100
Provisões despesas administrativas.....	11.987	9.811
Provisões para contingências cíveis (Nota 11b).....	6.255	7.350
Provisões despesas de pessoal.....	5.542	4.564
Recursos pendentes de identificação.....	5.042	4.911
Outras provisões.....	1.344	1.228
Provisões para contingências trabalhistas (Nota 11b).....	1.323	1.539
Provisão para pagamento a efetuar.....	1.143	1.130
Provisões para contingências fiscais (Nota 11b).....	45	44
Outras.....	760	760
Total	550.658	536.243

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 3.600.000 mil (2018 - R\$ 2.995.574 mil) totalmente integralizado, está dividido em 3.600.000.000 (2018 - 2.995.573.884) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2018.....	2.995.573.884	2.995.574
Aumento de capital (1)	604.426.116	604.426
Em 30 de junho de 2019.....	3.600.000.000	3.600.000

(1) Em 30 de abril de 2019 o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Companhia, deliberou o aumento do capital social em R\$ 604.426 mil, elevando-o de R\$ 2.995.574 mil para R\$ 3.600.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de R\$ 140.000 mil e "Reserva de Lucros - Estatutária" de R\$ 464.426 mil, com a criação de 604.426.116 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Processo homologado pelo Bacen em 18 de junho de 2019.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	30.6.2019	31.12.2018
Reservas de lucros.....	3.662.937	3.581.716
- Reserva legal (1)	176.009	281.398
- Reserva estatutária (2)	3.486.928	3.300.318

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na reunião de aprovação das demonstrações contábeis. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos semestres:

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Lucro líquido.....	692.223	790.535
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(34.611)	(39.526)
Base de cálculo.....	657.612	751.009
Dividendos propostos (1).....	6.576	-
Juros sobre o capital próprio.....	-	370.000
Imposto de renda retido na fonte.....	-	(55.500)
Valor líquido a pagar.....	6.576	314.500
Percentual em relação à base de cálculo.....	1.0%	41.9%

(1) Em 2018 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre o capital próprio distribuídos ser superior ao mínimo obrigatório de 1%.

e) O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela média ponderada de Cotas.

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Taxa de administração de grupos de consórcios	910.713	889.286
Outras receitas de serviços	98.375	102.064
Total	1.009.088	991.350

15) DESPESA DE PESSOAL

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Proventos.....	9.515	10.581
Benefícios.....	5.415	5.834
Encargos sociais.....	3.008	3.191
Participação dos empregados nos lucros.....	1.489	1.426
Provisão trabalhista.....	-	38
Outras.....	215	129
Total.....	19.642	21.199

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Serviços técnicos especializados.....	9.386	9.494
Comunicações.....	7.648	4.794
Depreciações e amortizações.....	6.333	6.215
Processamentos de dados.....	2.942	2.197
Propaganda, promoções e publicidade.....	1.588	1.769
Viagens.....	831	1.114
Transportes.....	535	673
Material.....	284	206
Aluguéis.....	236	237
Manutenção e conservação de bens.....	174	136
Contribuições filantrópicas.....	-	6.740
Outras.....	1.058	964
Total.....	31.015	34.539

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Contribuição à Cofins	88.531	86.665
Impostos sobre serviços - ISS	40.375	46.147
Contribuição ao PIS	18.734	18.360
Outros	4	-
Total	147.644	151.172

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Recuperação de despesas - taxas (1).....	43.035	43.138
Reversão de outras provisões.....	2.482	1.769
Reversão de provisão cível.....	294	326
Reversão de provisão trabalhista.....	206	-
Outras.....	2.345	2.943
Total.....	48.362	48.176

(1) Referem-se a taxas de cessão, transferências, substituição de bens, vistorias, gravames, cartórias, Detran e avaliação de imóveis.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Taxas de transferências e alienação de bens - Detran.....	12.189	12.512
Custas	4.079	4.865
Indenizações	3.414	4.829
Gravames	3.202	3.617
Ações de reconhecimento	1.654	2.191
Taxa de avaliação	1.622	1.781
Vistoria.....	1.613	2.077
Comissões sobre vendas	1.575	2.445
Judiciais.....	1.041	1.174
Provisões cíveis.....	-	1.786
Patrocínio.....	-	4.865
Outras.....	1.633	1.678
Total	32.022	43.820

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Descontos obtidos.....	140	108
Total.....	140	108

21) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 8.002.489 mil (31 de dezembro de 2018 - R\$ 7.753.607 mil), estão compostas basicamente por cotas de fundos referenciadas DI.

A taxa de administração paga pelos grupos ao administrador de carteiras de fundos de investimento - Banco Bradesco S.A., no 1º semestre de 2019 foi de R\$ 103.461 mil (2º semestre de 2018 - R\$ 101.313 mil).

22) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades acumuladas:

	30.6.2019	31.12.2018
Grupos em andamento.....	3.516	3.527
Grupos encerrados.....	4.294	4.143
Bens entregues nos semestres.....	112.920	122.443
Bens entregues totais.....	1.778.836	1.665.916
Consorciados ativos.....	1.538.502	1.503.817
Desistentes e cancelados nos semestres.....	133.713	115.178
Consórcios contemplados.....	915.774	878.631
Bens pendentes de entrega.....	120.323	86.568
Taxa média de inadimplência.....	4,46%	4,05%

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As divulgações das transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

		R\$ mil
	Controladores	
	30.6.2019	31.12.2018

	30/06/2019	31/12/2018
Passivos		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	321.076	314.500
		R\$ mil

	Controladores		Coligadas e Controladas	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Receitas de intermediação financeira	-	6.686	-	-
Outras despesas operacionais	-	-	(234)	(235)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2019, foi determinado o valor máximo de R\$ 8.134 mil (2018 - R\$ 3.876 mil) para remuneração dos administradores e de R\$ 2.873 mil (2018 - R\$ 3.580 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Proventos.....	2.864	2.880
Total	2.864	2.880

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.395	1.840
Total	1.395	1.840

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.050.002	997.156
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(357.001)	(339.033)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.071)	(5.160)
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	125.800
Outros valores	293	11.772
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(357.779)	(206.621)

continua...

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	1º semestre 2019	2º semestre 2018
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(364.952)	(215.959)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre sobre adições temporárias.....	7.173	9.338
Total dos ativos fiscais diferidos.....	7.173	9.338
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(357.779)	(206.621)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Realização/ Baixa	Saldo em 30.6.2019
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas.....	538	44	(117)	465
Provisão para contingências cíveis.....	2.499	424	(796)	2.127
Provisão para seguro de quebra de garantia.....	1.052	-	(72)	980
Provisões diversas (perda líquida definitiva).....	1.582	-	-	1.582
Outros (1).....	13.636	8.510	(820)	21.326
Total dos créditos tributários (Nota 7b).....	19.307	8.978	(1.805)	26.480

(1) Refere-se essencialmente à provisão ISS LC 116 e 157.

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil			
	Imposto de renda	Diferenças temporárias Contribuição social	Total	
2019.....	1.989	716	2.705	
2020.....	6.931	2.495	9.426	
2021.....	6.931	2.495	9.426	
2022.....	3.098	1.115	4.213	
2023.....	522	188	710	
Total.....	19.471	7.009	26.480	

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de junho de 2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 25.501 mil (31 de dezembro de 2018 - R\$ 18.351 mil). Todos os créditos tributários da Bradesco Consórcios foram devidamente ativados.

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em Prêmios de seguros e Seguros contratados - quebra de garantia.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2019, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pelo Bradesco foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); e
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2019.

DIRETORIA

Diretor Geral	Diretores Vice-Presidentes	Diretores Gerentes	Diretor Superintendente	Diretores
Eurico Ramos Fabri	Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano Cassiano Ricardo Scarpelli	Moacir Nachbar Junior Renato Ejnisman Walkiria Schirmeister Marchetti Guilherme Muller Leal	Rogério Pedro Câmara João Carlos Gomes da Silva Bruno D'Avila Melo Boetger	José Ramos Rocha Neto Marcos Valério Tescarolo Antonio José da Barbara José Gomes Fernandes

Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2019 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos para o semestre findo em 30 de junho de 2019, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de agosto de 2019

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takahashi
Contador CRC 1SP206103/O-4